

# Constituinte

JORNAL DO BRASIL

25 JAN 1987

## relâmpago

Jomar Morais

O Plano Cruzado não tinha completado três meses de vigência e os "fiscais do Sarney" ainda estavam nas ruas quando, em maio do ano passado, o esperto governador mineiro Hélio Garcia resolveu exercer seus dotes de profeta político durante um almoço no Palácio das Mangabeiras. "Ou a Constituinte prepara uma nova Constituição em, no máximo, seis meses ou o país mergulhará numa grave crise. O governo não vai ter qualquer controle sobre esse processo", disse Garcia. Aquela época, ao contrário de muitas lideranças do PMDB, o governador de Minas não alimentava ilusões ante a onda de popularidade sobre a qual o choque heterodoxo atirara o governo. "Quando o congelamento acabar virá a crise, o governo se enfraquecerá, e governo fraco não controla Congresso, nem muito menos Constituinte", previu.

Até agora, Hélio Garcia parece ter-se enganado em apenas um detalhe de seu prognóstico. Ele esperava que os problemas para o governo aflorassem em fevereiro próximo, data prevista para o realinhamento dos preços. Sob pressão irresistível das dificuldades internas e externas, no entanto, a panela destampou-se três meses antes e, no caos que se seguiu aos golpes no cruzado, o que hoje se vê é a tentativa desesperada de um governo fraco de pôr em prática a matreira receita do líder mineiro.

Fazer a Constituinte funcionar a toque de caixa, na velocidade de cruzeiro de um jato, a cada dia vai se tornando mais do que um objetivo,

é uma obsessão do Planalto. No fundo, o governo gostaria mesmo era de evitá-la ou, numa hipótese mais branda — aliás, já testada sem êxito pelo próprio presidente Sarney — esvaziá-la das ameaças que pesam sobre o destino político de seu comandante, como a definição do mandato do Presidente da República. Foi assim que Sarney tentou cooptar os eleitos em novembro a se pronunciarem antes da instalação da Assembleia sobre o período em que deverá dirigir o país e, malgrado em seu intento, tenta agora, pela boca de seus ministros, convencer a nação de que a soberania da Constituinte esbarra nos seis anos de seu mandato.

Ponha-se essa atitude do Presidente da República ao lado da decisão do deputado Ulysses Guimarães de assegurar, à revelia da Constituição, a sua permanência na presidência da Câmara e se terá, com certeza, um quadro cômico. Afinal, Sarney, do alto de seu propósito de cumprir à risca os compromissos de Tancredo Neves, jurou publicamente em 1985 que respeitaria qualquer decisão da Constituinte sobre o seu mandato, mas, a exemplo de Tancredo, preferia ficar apenas quatro anos no poder. Quanto a Ulysses, em 21 anos de militância na oposição foi o mosqueteiro que não se cansou de combater os golpes baixos do caudismo destinados, exatamente, a concentrar nas mãos de uns poucos um poder talhado para ser exercido de forma aberta e democrática.

Tudo isso seria realmente cô-

mico se, visto através da cortina da crise, não exibisse também o seu lado trágico. A verdade é que, sufocado pelo descontrole econômico, o governo tem no momento redobrados motivos para sentir-se sobre um tapete cada vez mais estreito e oscilante. No front empresarial esgrima com homens de negócios desnorteados pela ausência de uma política econômica e com os tubarões do ágio. Na frente trabalhista, defronta-se com sindicalistas indóceis. No campo partidário, apesar das manifestações da cúpula e dos governadores do PMDB, o certo é que o presidente não dispõe hoje de qualquer controle sobre as bases parlamentares que formalmente o sustentam. Bastariam essas três batalhas para tirar o sono de qualquer mandatário. O governo Sarney, no entanto, vê-se atacado por dificuldades ainda mais perigosas na tradição de ascensão e queda de governantes no Brasil.

Não bastassem as pressões internacionais, em meio ao problema da dívida externa e da crise cambial, nos últimos dias surgiram sinais tênues — mas nem por isso menos intrigantes — de que empresários ortodoxos e remanescentes da linha dura militar voltaram a conversar à sombra dos quartéis. Sabe-se, por exemplo, que neste mês, antes de deixar a chefia do Comando Militar do Leste (ex-II Exército), o general Sebastião Ramos de Castro convidou ao seu gabinete alguns empresários paulistas e, individualmente, pediu-lhes que o ajudassem a entender o "quadro de

### *A fim de controlar a crise, Sarney gostaria que a nova constituição fosse votada a toque de caixa*

agitação paulista". Homem de informação — ele foi chefe da agência central do SNI no governo Geisel —, o general Castro chegou a afirmar a um dos interlocutores que, a julgar pelos dados em seu poder, via como provável, em futuro próximo, a retomada de um processo de "guerrilha urbana".

Talvez o general, um dos próceres da linha dura que se opuseram desde o início à ascensão do ministro do Exército, Leonidas Pires Gonçalves, tenha carregado nas tintas — em que pese tenha sido ele o autor, há mais de 12 anos, de uma outra profecia, depois concretizada: a explosão, no rastro da abertura política, de um terrorismo de direita conduzido por militares ligados aos porões da ditadura. Não deixa de ser grave, entretanto, o fato de que um chefe militar que chegou a rotular de comunistas, em documento a seus comandados, vários integrantes do atual governo possa considerar com empresários exaltados a hipótese de um novo confronto armado no país.

Os perigos que rondam o governo Sarney, enfim, não são poucos, exibem traços traiçoeiros e podem surpreendê-lo no contra pé. Apesar disso, em nome das juras dos políticos e da dignidade da nação, melhor seria que na travessia das dificuldades as instituições em vigor fossem respeitadas e, em sua legitimidade, a Constituinte pudesse traçar livre e soberanamente rumos novos para o país. Ainda que para isso, se necessário, pagasse o preço de mudar cabeças e, quiçá, regimes.

ANC 88  
Pasta 20 a 30  
Jan/87  
086